

**8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP**

**01 a 04 de agosto de 2012 – Gramado / RS**

**Ampliando fronteiras da Ciência Política: Desafios contemporâneos à  
democracia e ao desenvolvimento**

**AT02 - Cultura Política e Democracia**

**Coordenador(es):**

**Lucio R. Rennó Jr. (UnB), Julian Borba (UFSC), Ednaldo A. Ribeiro (UEM)**

**2ª Sessão B - Apoio ao Regime: legitimidade e qualidade da democracia**

**Coordenação: Julian Borba (UFSC), Marcello Baquero (UFRGS)**

**Determinantes do voto e Qualidade da Democracia no Nordeste do Brasil**

**Maria Salete Souza de Amorim**

**Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora/pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: [saleteamorim@uol.com.br](mailto:saleteamorim@uol.com.br)**

## Introdução

Na década de 1990, grande parte da literatura da Ciência Política estava voltada aos estudos da consolidação do regime democrático nos países latino-americanos. Nos últimos anos, observamos um crescente interesse em avaliar e medir a qualidade da democracia em países do mundo todo. Pesquisas de opinião pública apontam percepções um tanto negativas dos cidadãos em relação ao desempenho das instituições democráticas. Há uma desconfiança generalizada na política e nos políticos, um afastamento dos cidadãos da esfera partidária e das organizações políticas em geral, culminando com o descrédito nas instituições e nos governos democráticos, considerados corruptos e desonestos pela maioria da população.

Abordar esse tema requer definições claras do conceito de democracia, bem como das diferentes dimensões que compõem o quadro avaliativo da qualidade da democracia, tais como liberdade, igualdade, direitos, *accountability* vertical e horizontal, participação e representação. A literatura busca construir indicadores que possam medir a qualidade da democracia nos países, não apenas no sentido analítico e/ou explicativo, mas também no sentido prático, visando contribuir para a melhoria efetiva da democracia.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é problematizar o modelo de democracia que vem se configurando no Brasil, particularmente na Região Nordeste, tendo em vista verificar o grau de adesão à democracia, em suas vertentes institucionais e culturais, bem como elucidar fatores explicativos para o voto na região. Com base nos dados produzidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (CESOP/UNICAMP) e pela literatura sobre o tema, notamos que, a despeito dos indicadores positivos de desempenho econômico, os fatores políticos têm sido decisivos na análise da legitimidade e qualidade da democracia no Brasil, entre eles o desempenho das instituições democráticas e as atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à política. As questões investigadas dizem respeito às preferências dos cidadãos pelo regime político, suas percepções sobre a atuação das instituições políticas e o grau de participação e envolvimento político.

O artigo está estruturado em duas seções. A primeira aborda a discussão conceitual sobre democracia e qualidade da democracia a partir da literatura e pesquisas recentes, de modo a situar o contexto da América Latina e Brasil com seus trinta anos de experiência democrática. A segunda seção analisa as opiniões dos cidadãos nordestinos sobre a preferência pela democracia, sobre o voto no 2º turno das eleições presidenciais, sobre a avaliação acerca da atuação das principais instituições políticas e sobre o grau de envolvimento dos cidadãos com organizações sociopolíticas.

A partir de um mapeamento das forças políticas no Nordeste brasileiro e de análises estatísticas, busca-se apontar alguns fatores explicativos para o voto na região. Cabe destacar que a democracia eleitoral envolve aspectos importantes para avaliar a qualidade da democracia, tais como a representação política e a alternância nos cargos públicos, via eleições livres, limpas e periódicas. Os resultados encontrados corroboram com estudos anteriores que mostram inconsistências entre preferência partidária, filiação e voto, permitindo explicações com base em fatores socioculturais, como a presença do personalismo, do clientelismo e da corrupção no âmbito nacional e regional.

## **1. Democracia e Qualidade da Democracia**

Dentre as características fundamentais da democracia contemporânea, segundo literatura relacionada ao tema, destacam-se a realização e a institucionalização de eleições regulares, competitivas, livres, igualitárias, decisivas e inclusivas, a garantia de liberdades individuais e de direitos políticos, a existência de oposição política e a real chance de alternância de grupos no poder, liberdade de expressão e acesso a fontes alternativas de informação sobre os governos e a política em geral. Do ponto de vista institucional, é possível estabelecer parâmetros de comparação entre os países, em seus diferentes contextos sócio-políticos, situando-os numa escala de gradação entre “mais” ou “menos” democráticos.

No intuito de ampliar o debate, parte da literatura questiona sobre a existência concreta das liberdades e dos direitos políticos no interior das democracias, primando para uma concepção mais substantiva e prática do que

normativa. Nesse sentido, a democracia, objeto de reflexão da prática política, “consiste, além do núcleo do regime e de sua própria democratização, na aquisição e amparo legal de direitos e liberdades, sustentados de forma mais ampla e mais sólida, que dizem respeito aos aspectos civis, sociais e culturais da cidadania – e também, é claro, à expansão de liberdades e direitos políticos” (O’DONNELL, 2011, p. 253). Na mesma linha de argumentação, Baquero (2011) destaca que o progresso democrático na região latino-americana depende, em parte, da consolidação de culturas políticas orientadas para comportamentos e atitudes democráticas, voltadas para a cooperação, responsabilidade e responsividade política, cujo objetivo é cobrar maior efetividade dos governos democráticos. De acordo com o autor,

A efetividade significa que não é suficiente instalar instituições democráticas. Elas precisam funcionar. É preciso garantir a independência do Poder Judiciário, e os partidos políticos necessitam desempenhar bem suas funções de representação, bem como as políticas sociais devem ser um reflexo do contrato social genuíno que inclua não somente a proteção dos direitos individuais, mas, sobretudo, a solidariedade social com o objetivo de apoiar aos mais vulneráveis (BAQUERO, 2011, p. 19).

O referido contrato social não tem sido cumprido integralmente pelo Estado, a despeito do apoio político dispensado pela sociedade civil, via eleições e pagamento de impostos (EASTON, 1968). Nas democracias contemporâneas, o “rompimento” do pacto social tem sido expresso pelas contínuas práticas de corrupção na política, pela permanência de práticas clientelistas, personalistas e patrimonialistas, e pela crise de confiança nas instituições políticas e nos seus gestores públicos, o que tende a reforçar o estabelecimento de relações terciárias - relações diretas entre o Estado e a sociedade, sem a mediação das instituições políticas democráticas. Este tipo de relação desenvolve uma cultura política híbrida, caracterizada pela existência de normas democráticas que convivem com práticas conservadoras e autoritárias no interior do regime político.

Buscando compreender a interdependência entre o Estado e os cidadãos, e as relações de direitos e deveres mútuos através do contrato social, Bianca Linhares (2011), oferece uma interessante contribuição sobre a

percepção tributária no Brasil. A pesquisa verificou que a concepção sobre pagamento de tributos é negativa e contestatória entre a maioria da população. Ainda assim, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a arrecadação tributária brasileira cresceu mais que o Produto Interno Bruto (PIB), em 2011. A população, apesar de insatisfeita com a ausência de serviços públicos de qualidade, está cumprindo sua parte no contrato, de forma resignada e passiva. Esse dado é importante, pois, uma das dimensões da qualidade da democracia está relacionada à satisfação dos cidadãos com o desempenho do regime democrático, e nos últimos anos, observamos uma crescente insatisfação da população com a atuação das instituições políticas. Conforme Morlino (2010, p. 39), “em termos de responsividade, a legitimidade está relacionada à presença de atitudes e comportamentos do público em geral que confirmam a satisfação com a democracia existente”.

Dessa forma, a referida literatura sugere que a avaliação da qualidade da democracia deve ser baseada em três dimensões: qualidade dos procedimentos, do conteúdo e dos resultados. A democracia que realiza eleições competitivas, regulares e limpas, que possui organizações partidárias e mecanismos de monitoramento sobre a eficácia das leis e das decisões governamentais (procedimentos), que garante igualdade política e respeito às liberdades civis e políticas (conteúdo), e que possui cidadãos satisfeitos com os resultados da democracia, alcança maior qualidade, legitimidade e estabilidade política. Esta última dimensão diz respeito à capacidade de resposta (*outputs*) do sistema político às demandas da sociedade. Apesar da dificuldade de estabelecer parâmetros de comparação entre os países para “medir” a qualidade da democracia, diante de diferentes contextos e realidades, há um esforço para desenvolver medidas quantitativas e qualitativas para analisar a democracia do ponto de vista mais prático e substantivo (DIAMOND; MORLINO, 2004).

No caso das democracias representativas, as instituições democráticas, bem como os mecanismos de *accountability* vertical e horizontal, são os principais objetos de análise da qualidade da democracia no tocante aos procedimentos. As eleições têm um importante papel no controle dos líderes

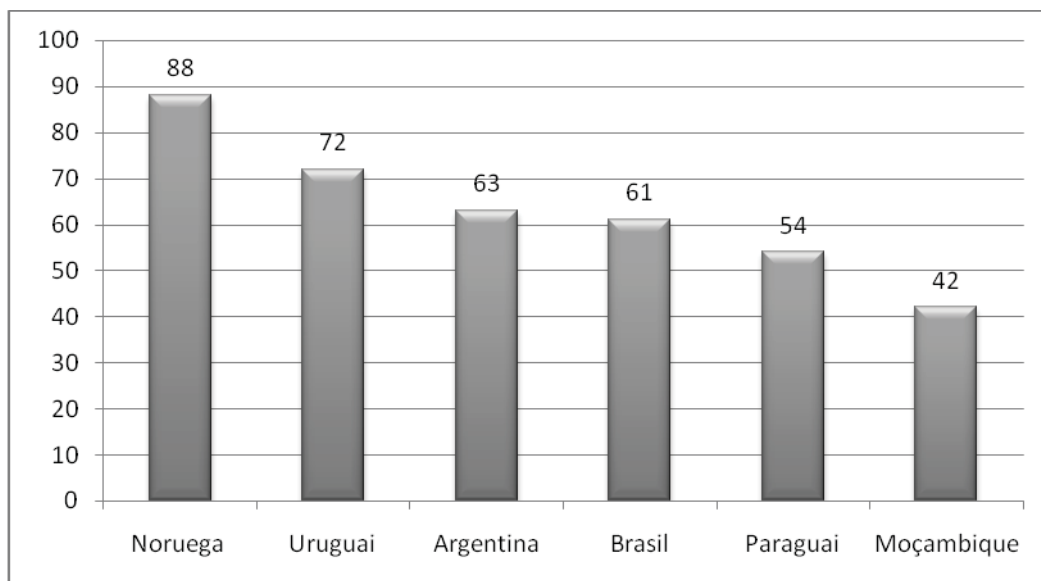
políticos, especialmente pela oportunidade que o eleitor tem de avaliar o desempenho dos políticos e de votar ou não no candidato ao cargo público, punindo-o ou recompensando-o. A questão que se coloca é se o eleitor tem informação suficiente para exercitar tal ponderação. Outra forma de controle social é a chamada *accountability* horizontal, que se refere a instituições ou atores coletivos que tem o poder de controlar o comportamento dos governantes. Esse monitoramento é exercido pelo parlamento, pelos tribunais constitucionais, pelos órgãos de auditoria, pelos partidos políticos, pela mídia, pelos sindicatos e associações em geral (O'DONNELL, 2011).

Nos últimos anos, diversos pesquisadores e institutos de pesquisa têm buscado criar indicadores para medir e avaliar o desempenho das instituições democráticas, de forma a estabelecer comparações entre os países, tendo em vista contribuir com propostas de aperfeiçoamento e melhoria das democracias. A “*Democracy Ranking Association*” é uma associação com sede em Viena, que publica anualmente o *ranking* das democracias contemporâneas, a partir da avaliação de variáveis políticas (direitos políticos, liberdades civis, liberdade de imprensa, índice de corrupção, alternância de partido político no governo), de indicadores econômicos, da igualdade de gênero, do grau de conhecimento, das condições da saúde e do meio ambiente. A fórmula conceitual do *ranking* tem como base as reflexões teóricas de Guillermo O'Donnell sobre a qualidade da democracia, que agrega direitos humanos e desenvolvimento sócio-econômico e político<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis no site: [www.democracyranking.org](http://www.democracyranking.org) . Fórmula: Quality of Democracy = (freedom + other characteristics of the political system) + (performance of the non-political dimensions).

**Gráfico 1**  
**Ranking Qualidade da Democracia – 2011 (scores)**



Fonte: <http://www.democracyranking.org/>

O levantamento de dados foi realizado em países classificados pela *Freedom House* como "livres" ou "parcialmente livres", entre 2009 e 2010. Pelo *ranking*, os países nórdicos se apresentam como os mais democráticos do mundo, ao passo que os países africanos situam-se entre os menos democráticos. O Brasil ocupava em 2000 a 51ª posição, com 44 pontos, e em 2011 alcançou o 43º lugar, com 61 pontos, como mostra o Gráfico 1. A melhoria nos indicadores da democracia no Brasil pode ser atribuída, em parte, aos indicadores políticos que receberam pontuação positiva (regularidade das eleições, alternância de grupos no poder). Entretanto, os índices de corrupção na política e os indicadores econômicos, ainda sem muitos reflexos no desenvolvimento social e sustentável e nas condições de saúde da população, contribuíram para baixas pontuações na qualidade da democracia.

Estudos têm acompanhado os modelos de democracia que vem se configurando entre os países latino-americanos desde os anos 1970. A experiência democrática na região revela uma gradativa consolidação dos procedimentos democráticos na América Latina. Smith e Ziegler (2009) examinaram as democracias latino-americanas a partir da abordagem proposta

por Fareed Zakaria, enfocando a distinção entre democracias “liberais” e “iliberais”, cujos parâmetros baseiam-se na existência (ou não) de eleições livres e justas, garantias constitucionais dos direitos e liberdades civis, e competição aberta. Democracias que realizam eleições periódicas, mas que se mostram injustas ou fraudulentas, associadas ao não cumprimento das leis, são caracterizadas como “iliberais”. O argumento é de que após as transições políticas no final dos anos 1970, houve o predomínio de “semidemocracias liberais” e de democracias “iliberais” entre os países latino-americanos. Os resultados da pesquisa mostram que, efetivamente, apenas a Argentina, o Uruguai, o Chile, a Costa Rica, o México, o Panamá, e a República Dominicana apresentaram traços de uma democracia liberal no período estudado (1978-2004).

Nesta linha de argumentação, cabe destacar a recente crise política vivenciada pelo Paraguai. O então presidente Fernando Lugo, do Partido Democrata Cristão (PDC), eleito com ampla coalizão em 2008, foi destituído do cargo em 22 de junho de 2012, após um julgamento no Congresso que durou apenas 24 horas. O processo de *impeachment* foi encaminhado pelo Partido Colorado e teve o apoio do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), partido da base de sustentação do governo, que decidiu pela retirada do apoio mediante acusações de mau desempenho do governo Lugo, particularmente, no enfrentamento dos conflitos agrários. O vice-presidente Federico Franco (PLRA) assumiu a Presidência da República, sob protestos de apoiadores de Lugo e dos países vizinhos. Os membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) decidiram suspensão temporária do Paraguai até as próximas eleições, marcadas para abril de 2013.

Neste cenário, a proposta do artigo é fomentar o debate sobre a qualidade da democracia, problematizando o tipo de democracia que vem se consolidando no Brasil, particularmente na Região Nordeste do país. A próxima seção apresenta a composição das atuais forças políticas na região, conferindo a preferência partidária e o número de filiações com o partido do governador eleito. Analisa ainda o perfil do eleitorado nordestino e os principais fatores explicativos do voto no 2ª turno das eleições presidenciais 2010.

## **2. Opinião Pública, Eleições e Voto no Nordeste Brasileiro**

Observando o mapa político dos Estados e municípios no Brasil, é possível identificar muitas lideranças locais ou políticos tradicionais, que pelo voto da maioria dos eleitores asseguram cadeira cativa nos cargos executivos e nos postos legislativos, independentemente de seu comportamento político ter sido ou não exemplar. Nesse caso, a despeito de denúncias de corrupção divulgadas na mídia envolvendo políticos, o eleitor continua “recompensando”, ao invés de “punir”, os referidos políticos através do voto retrospectivo. Mesmo porque nem todas as denúncias são apuradas e/ou comprovadas no decorrer do processo investigatório. Essa identificação com lideranças políticas reflete um processo de personalização da política, fenômeno presente nas democracias contemporâneas, cujas personalidades, independente de partidos e preferências programáticas, têm uma influência considerável nas campanhas eleitorais.

O trabalho de Eli Diniz (1982) caracteriza os partidos políticos como “máquinas partidárias” que prestam serviços e distribuem recursos a diferentes tipos de clientelas, segundo critérios particularistas, permitindo às populações excluídas serem integradas ao sistema político através do acesso aos recursos sociais. Nessa perspectiva, o argumento é de que os partidos políticos têm perdido a capacidade de construir identidades coletivas baseadas em propostas ideológicas. É muito comum ouvir o eleitor questionar: qual a diferença entre os partidos? Quais interesses eles representam?

Contudo, ainda que seja polêmica a discussão sobre a temática, estudos afirmam que os partidos políticos, na prática, representam um atalho cognitivo para os eleitores decidirem seu voto, especialmente nas eleições presidenciais. O argumento é de que a população expressa sentimentos, positivos ou negativos, em relação aos partidos políticos, e que esses sentimentos partidários estão associados com a preferência pelo regime político e com as atitudes em relação à democracia (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011). Em tese, o papel dos partidos políticos é organizar a competição eleitoral, possibilitando ao eleitor a identificação partidária e/ou programática. Contudo,

no Brasil as “imagens partidárias” construídas ao longo da experiência democrática não criaram lealdades ou estabeleceram identificações entre partidos e eleitores. Segundo Maria D’Alva Kinzo (2005, p. 76),

os eleitores apresentam dificuldades de identificar os partidos como atores políticos distintos, isto é, como entidades que estruturam a escolha eleitoral e criam identidades. Em outras palavras, em uma situação de intensa fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em decorrência da prática de alianças eleitorais – para não mencionar a prática de governo de coalizão –, é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e, assim, estabelecer uma lealdade partidária.

Nesse contexto, o objetivo da seção é analisar a configuração das forças políticas no Nordeste, sobretudo a partir das alianças partidárias dos governos estaduais eleitos no último pleito. Uma das questões norteadoras é: a filiação e os sentimentos partidários, expressos pelos eleitores em pesquisas de opinião, seguem uma lógica de estruturação na decisão do voto?

## **2.1. Perfil do Eleitorado**

Pesquisas sobre o comportamento eleitoral, em geral, levam em conta o perfil sociodemográfico do eleitorado, com objetivo de verificar a influência dessas características nos resultados eleitorais. Traçar o perfil do eleitorado, considerando variáveis atitudinais, pode contribuir para a análise explicativa do voto no Nordeste e apontar algumas tendências nas disputas eleitorais futuras.

**Tabela 1**  
**Eleitorado por sexo e faixa etária – Região Nordeste**

<b>Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária</b>								
<b>Pesquisa por Região - Região NORDESTE - Maio / 2012</b>								
Faixa Etária	Masculino	% M	Feminino	% F	Não Informado	%NI	Total	%T
Inválida	60.772	49.76	61.366	50.24	0	0	122.138	.32
16 anos	258.077	50	258.039	50	0	0	516.116	1.36
17 anos	343.845	49.99	343.943	50.01	0	0	687.788	1.82
18 a 20 anos	1.322.131	49.56	1.345.450	50.44	0	0	2.667.581	7.04
21 a 24 anos	1.893.098	49.29	1.947.445	50.71	0	0	3.840.543	10.14
25 a 34 anos	4.570.755	48.44	4.865.798	51.56	0	0	9.436.553	24.9
35 a 44 anos	3.419.750	47.59	3.762.988	52.37	2.978	.04	7.185.716	18.96
45 a 59 anos	3.588.430	46.5	4.115.312	53.33	12.569	.16	7.716.311	20.36
60 a 69 anos	1.415.637	45.85	1.666.347	53.97	5.689	.18	3.087.673	8.15
70 a 79 anos	766.173	44.97	933.453	54.79	4.073	.24	1.703.699	4.5
Superior a 79 anos	431.486	46.49	493.198	53.14	3.393	.37	928.077	2.45
<b>TOTAL</b>	<b>18.070.154</b>	<b>47.69</b>	<b>19.793.339</b>	<b>52.24</b>	<b>28.702</b>	<b>.08</b>	<b>37.892.195</b>	

Fonte: Informações disponíveis no site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

A Tabela 1 mostra que o eleitorado feminino é 4% maior do que o masculino, seguindo a média nacional. A maioria dos eleitores brasileiros é formada por mulheres, com faixa etária entre 25 e 34 anos. Esse dado denota a importância do voto feminino e jovem, muito bem trabalhado pelo *marketing* político da maioria das campanhas eleitorais. Gradativamente, o eleitorado antes caracterizado como jovem está agora concentrado na idade adulta, alterando um pouco a pirâmide etária brasileira. Em 2006 os eleitores entre 45 e 59 anos representavam 21% e em 2010 eram 23%, ao passo que o percentual nas faixas etárias entre 16 e 17 anos, onde o voto é facultativo, declinou nos últimos anos.

A pesquisa de Schmidt (2000) sobre juventude e política, busca indicar algumas razões para esse declínio da participação eleitoral dos jovens. O autor entrevistou jovens do ensino médio de oito cidades brasileiras, nas cinco

regiões do país, sondando questões a respeito da democracia e da participação política, entre outras variáveis. Os resultados da pesquisa mostram significativos contingentes de jovens desinteressados, indiferentes, apáticos e insatisfeitos com a sociedade e com o sistema político. De acordo com o referido autor, os jovens “se mostram inseguros e indignados com a sociedade atual e apresentam altos índices de desconfiança frente às instituições políticas e aos ocupantes de cargos públicos” (SCHMIDT, 2000, p. 333). Trata-se de um dado que corrobora com outras pesquisas nacionais.

**Tabela 2**  
**Eleitorado por sexo e grau de instrução – Região Nordeste**

<b>Estatística do Eleitorado por Sexo e Grau de Instrução</b>								
<b>Pesquisa por Região - Região NORDESTE - Maio / 2012</b>								
Grau de Instrução	Masculino	% M	Feminino	% F	NI	%NI	Total	%T
NÃO INFORMADO	20.362	47.26	21.050	48.86	1.670	3.88	43.082	.11
ANALFABETO	1.964.852	50.47	1.922.509	49.39	5.486	.14	3.892.847	10.27
LÊ E ESCREVE	4.320.758	51.37	4.078.782	48.49	11.315	.13	8.410.855	22.2
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	5.847.110	50.53	5.720.702	49.44	4.311	.04	11.572.123	30.54
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	881.422	47.2	984.397	52.71	1.621	.09	1.867.440	4.93
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	2.737.953	43.61	3.538.680	56.37	1.150	.02	6.277.783	16.57
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1.611.747	38.88	2.531.162	61.06	2.372	.06	4.145.281	10.94
SUPERIOR COMPLETO	375.606	38.39	602.263	61.56	489	.05	978.358	2.58
SUPERIOR INCOMPLETO	310.344	44.06	393.794	55.9	288	.04	704.426	1.86
<b>TOTAL</b>	<b>18.070.154</b>	<b>47.69</b>	<b>19.793.339</b>	<b>52.24</b>	<b>28.702</b>	<b>.08</b>	<b>37.892.195</b>	<b>100.01</b>

Fonte: Informações disponíveis no site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

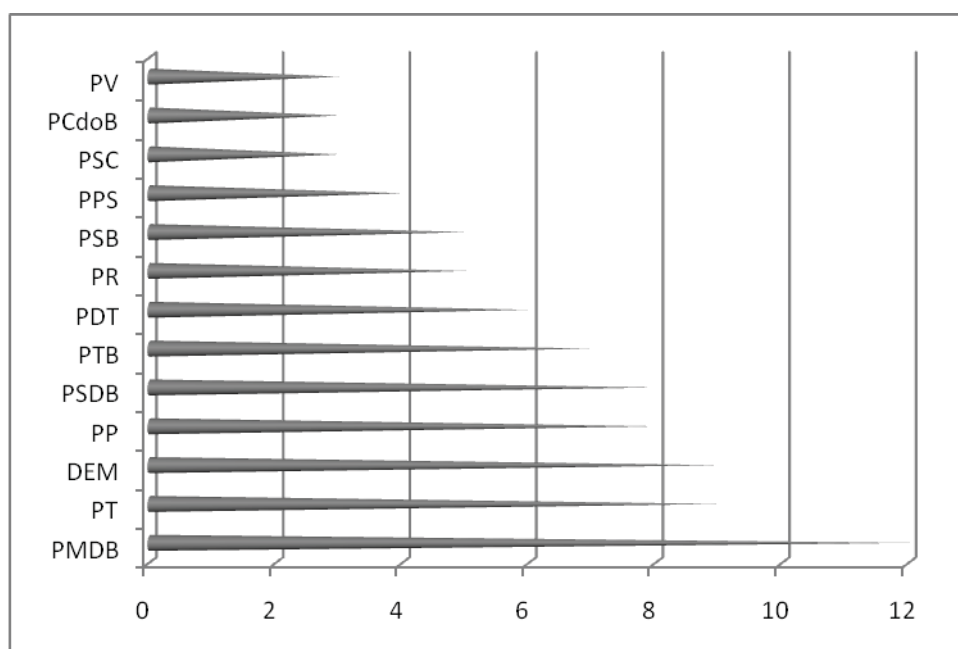
A região Nordeste é aquela que apresenta o maior número de analfabetos e analfabetos funcionais (lê e escreve). A Constituição brasileira determina que é facultativo o voto para os analfabetos, e que os mesmos não podem concorrer a cargos eletivos. Embora nos últimos dois anos tenha havido uma redução no número de analfabetos e um aumento no número daqueles que chegaram ao ensino superior, o quadro geral indica que mais de 50% dos

eleitores possuem baixa escolaridade no Brasil e no Nordeste. Pesquisas indicam que o nível de escolaridade é uma importante variável explicativa na decisão do voto, como veremos na próxima subseção.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o eleitorado do Nordeste totaliza 27% do eleitorado brasileiro (37.892.195), dos quais três milhões são filiados a partidos políticos. O quadro a seguir apresenta a média de filiação partidária para a Região Nordeste, considerando partidos com filiação até 2% de filiação nacional.

## Quadro 2

### Filiações Partidárias na Região Nordeste - 2012 (%)



Fonte: Informações disponíveis no site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

As taxas de filiações partidárias são baixas para todos os partidos políticos no Brasil, chegando a um total de 15.087.014 de filiações, cerca de 11% do total do eleitorado. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, apresentados no Quadro 2, as médias para a região Nordeste seguem tendências nacionais, indicando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com o maior número de filiações, com uma média de 12% na região, seguido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Democratas (DEM), ambos com 9% e pelo Partido Progressista (PP) e Partido da Social Democracia

Brasileira (PSDB), ambos com uma média de 8% de filiações entre os Estados nordestinos. Chama a atenção o fato de que o Partido Socialista Brasileiro (PSB), apesar de apresentar uma das menores médias de filiação partidária (5%), obteve vitória eleitoral em quatro Estados da região Nordeste, elegendo governadores no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, com distintas alianças partidárias, como veremos no quadro a seguir.

### Quadro 3

#### Eleições para Governo do Estado e Alianças Partidárias (2010)

ESTADO	ELEITO	PARTIDO	ALIANÇAS	% VOTOS
<b>ALAGOAS</b>	Teotônio Vilela	PSDB (45)	PP / PSC / PPS / DEM / PSB / PSDB	39,58
<b>BAHIA</b>	Jacques Wagner	PT (13)	PRB / PP / PDT / PT / PSL / PHS / PSB / PC do B	63,83
<b>CEARÁ</b>	Cid Gomes	PSB (40)	PRB / PDT / PT / PMDB / PSC / PSB / PC do B	61,27
<b>MARANHÃO</b>	Roseana Sarney	PMDB (15)	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSL / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PV / PRP / PT do B / PHS	50,08
<b>PARAÍBA</b>	Ricardo Vieira Coutinho	PSB (40)	PDT / PTN / PPS / DEM / PTC / PSB / PV / PRP / PSDB	49,74
<b>PERNAMBUCO</b>	Eduardo Accioly Campos	PSB (40)	PRB / PP / PDT / PT / PTB / PSL / PSC / PR / PSDC / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B / PT do B	82,84
<b>PIAUI</b>	Wilson Martins	PSB (40)	PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PSB / PRP / PC do B	46,37
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	Rosalba Ciarlini	DEM (25)	PSL / PTN / PSC / DEM / PMN / PSDB	52,46
<b>SERGIPE</b>	Marcelo Deda	PT (13)	PRB / PDT / PT / PMDB / PSL / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B	52,08

Fonte: Informações disponíveis no site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

O que representa política e ideologicamente as coligações partidárias em torno das candidaturas? Maria Celina D'Araújo (2008), analisando os

principais partidos políticos, argumenta que o PMDB é aquele que apresenta maior plasticidade política. No cenário político nacional se posiciona conforme as circunstâncias e os interesses em jogo, e tem se caracterizado como um partido de lideranças regionais. Para o Partido dos Trabalhadores (PT), as coligações com partidos desde a esquerda até a direita no espectro ideológico representou a ascensão do PT ao poder executivo nacional. Trata-se, portanto, de uma decisão mais pragmática do que ideológica no campo político o estabelecimento de alianças partidárias.

As alianças partidárias representam uma busca de consensos e coalizões em torno de uma proposta política comum. Na prática, buscam apoio político para eleger governos e uma base de sustentação no legislativo. Em troca do apoio, os partidos assumem cargos no governo eleito e recebem apoio político futuro. As alianças estabelecidas no âmbito nacional entre PSDB/DEM e PT/PMDB se repetiram em todos os Estados do Nordeste. O PSB conseguiu agregar a base aliada do PT nacional, com exceção na Paraíba onde coligou com partidos da oposição e da situação.

O quadro partidário do legislativo estadual é reflexo da força política das alianças firmadas nas eleições ao governo. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) conquistou um número significativo de cadeiras, especialmente, no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O PT, o PMDB, o PSDB, e o DEM são os partidos com o maior número de deputados estaduais em todo o Nordeste, atuando nos diversos Estados, seja na oposição ou na situação.

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2010)<sup>2</sup> indagou sobre a seguinte questão: “Existe algum partido político que goste?” Entre os 52% dos entrevistados nordestinos que afirmaram gostar de algum partido, 66% revelaram preferência pela PT, 12% pelo PMDB, 9% pelo PSDB, 6% pelo PV, 3% pelo DEM, chegando a 1% a preferência pelo PSB. Outros partidos alcançaram menos de 1% da preferência. O propósito aqui é verificar se o

---

<sup>2</sup>O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan ([www.cses.org](http://www.cses.org)) e com a participação de várias instituições. O ESEB/2010 foi realizado pelo CESOP com o apoio do CNPq e sua base de dados está disponível no Banco de Dados de Pesquisa do CESOP/Unicamp. Trata-se de uma pesquisa pós-eleitoral, com amostra nacional de 2.000 entrevistados, dos quais 540 são da região Nordeste.

partido de preferência apontado em cada Estado da região refletiu em votos para os candidatos ao governo.

Observa-se que nos Estados onde o PT obteve o maior percentual de preferência, os candidatos do PT ou de partidos aliados venceram o pleito. Contudo, há uma série de inconsistências entre a opinião dos entrevistados, o percentual de filiações e os resultados nas urnas.

Em Alagoas o PT e o PSDB são apontados como os partidos políticos que os eleitores mais gostam. O candidato do PSDB, Teotônio Vilela, ganhou as eleições. No Estado da Bahia o PT recebeu 67% da preferência, e obteve nas urnas 64% dos votos, elegendo Jacques Wagner no 1º turno. Na pesquisa, apenas 6% afirmaram gostar do Democratas, mas o candidato Paulo Souto (DEM) recebeu 16% de votos, superando a opinião pública. A preferência pelo PMDB alcançou 8%, e o seu candidato Geddel Vieira obteve 15% dos votos nas urnas. No Ceará, os partidos de preferência do eleitor são o PT e o PSDB. Contudo o PSB, partido de Cid Gomes, governador eleito, não aparece entre os partidos que os eleitores afirmam gostar.

No Maranhão o PT e o PMDB são apontados pelos eleitores como os partidos de que mais gostam. Roseana Sarney (PMDB) ganhou as eleições com uma aliança que congregou partidos de diversos espectros ideológicos, entre eles o PT e o DEM. Na Paraíba o PMDB e o PT são partidos de preferência do eleitor, mas quem obteve vitória nas urnas foi o candidato do PSB, Ricardo Coutinho. Em Pernambuco, os partidos que os eleitores mais gostam são o PT e o PSDB. Mais uma vez o PSB não aparece no *ranking*, mas Eduardo Campos (PSB) venceu as eleições no 1º turno. No Estado do Piauí o PT e o DEM são apontados como os partidos preferidos dos eleitores. Entretanto, Wilson Martins, do PSB, foi o mais votado no 2º turno das eleições, seguido pelo candidato do PSDB. No Rio Grande do Norte, os eleitores afirmam gostar mais do PMDB e do PT, e o DEM não apareceu na preferência. Entretanto a candidata Rosalba Ciarlini, do Democratas, venceu o pleito no 1º turno. Em Sergipe o PT aparece em primeiro lugar com 67% da preferência, e o DEM possui 8% de preferência na opinião pública. Marcelo Deda, do PT, venceu as eleições no 1º turno, confirmando a preferência dos eleitores.

Esses dados corroboram com achados de outras pesquisas acerca da relação entre preferência partidária e voto (KINZO, 2005; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011), que apontam a real dificuldade dos eleitores identificarem os partidos políticos como atores políticos distintos, associados aos candidatos do pleito. O PT, o PSDB e o PMDB são os partidos políticos que mais conseguiram fixar sua imagem junto ao eleitorado, fortalecendo, dessa forma, suas organizações partidárias através da competição eleitoral e da vitória nas urnas.

A taxa de abstenção nas eleições presidenciais, em 2010, ficou em torno de 20% na região Nordeste, uma das mais altas quando comparada com as regiões Sul e Sudeste. Contudo, segundo dados de pesquisa do ESEB (2010), para a maioria dos entrevistados no Nordeste (76%), o voto influencia muito no que acontece no Brasil e 53% votariam, ainda que o voto não fosse obrigatório. Somam 88% aqueles que afirmam preferir a democracia como a melhor forma de governo (apoio difuso) e somam 59% os que se dizem “satisfeitos” e “muito satisfeitos” com o funcionamento da democracia (apoio substantivo). Sobre os indicadores de participação, observa-se uma baixa participação entre os respondentes. Afirmaram ser filiados em sindicatos apenas 16% dos entrevistados, 6% em associações profissionais, 5% em associações empresariais, e 4% alegaram ser filiado e participar em movimento social. Quando indagados sobre como avalia a atuação das instituições políticas, os nordestinos opinaram da seguinte forma, como mostra a Tabela abaixo.

**Tabela 3**  
**Avaliação da Atuação das Instituições na Região Nordeste (%)**

Avaliação	Ótima/Boa		Regular		Ruim/Péssima	
	2002	2010	2002	2010	2002	2010
<b>Governo Federal</b>	57	55	6	34	37	11
<b>Justiça</b>	48	34	7	40	45	26
<b>Polícia</b>	59	33	6	42	35	25
<b>Congresso</b>	47	31	7	35	46	34
<b>Partidos Políticos</b>	37	26	7	44	56	30

Fonte: ESEB, 2002 N = 621 / ESEB, 2010 N = 540

A Tabela 3 mostra um declínio do percentual da avaliação considerada “ótima” e “boa” emitida pelos cidadãos a respeito da atuação das instituições políticas. O governo federal e a polícia foram mais bem avaliados em 2002, seguidos pela Justiça e pelo Congresso, do que em 2010. Os partidos políticos são as instituições pior avaliadas pela opinião pública nacional e regional, perdendo gradativamente a credibilidade nos últimos anos. Os dados apresentados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro sobre o declínio da confiança e da satisfação dos cidadãos com as instituições democráticas estão em consonância com outras pesquisas de opinião pública, a exemplo do Instituto Latinobarômetro que realiza pesquisas na América Latina desde 1995. Moisés e Carneiro (2010), ao utilizarem estes dados, argumentam que a avaliação positiva e a confiança política dos cidadãos estão muito associadas ao desempenho das instituições, especialmente quando estas sinalizam universalismo, imparcialidade, justiça e probidade.

Em sentido contrário, quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei, ou práticas de corrupção, fraude ou desrespeito ao interesse público se generalizam, instala-se uma atmosfera de suspeição, descrédito e desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; florescem, então a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas (MOISÉS; CARNEIRO, 2010, p. 181).

Essas abordagens sobre o fenômeno da (des)confiança nas instituições políticas reforçam o pressuposto de que o conteúdo normativo da democracia não é suficiente para garantir sua estabilidade e legitimidade. As atitudes democráticas e a crença nas instituições políticas são fundamentais para o alcance de uma democracia mais substantiva do ponto de vista de sua qualidade e de seu desempenho.

## **2.2. Fatores explicativos para o voto na região Nordeste**

Estudos anteriores indicaram que os melhores desempenhos obtidos pelo então candidato do PT, Lula da Silva, foram nas regiões Norte e Nordeste, em parte explicados pelo impacto dos Programas Sociais, entre eles o Programa Bolsa Família. A análise do voto em Dilma apontou que os programas sociais não tiveram a mesma influência nas eleições 2010. De acordo com modelos logísticos apresentados por Rennó e Peixoto (2011), cinco variáveis explicaram as chances do voto em Dilma: mobilidade social; ter votado em Lula em 2006; ser do PT; avaliar como bom ou muito bom o governo Lula.

O objetivo desta subseção é apresentar as associações e o nível de significância entre o voto no 2º turno das eleições presidenciais 2010, e as variáveis sócio-demográficas, preferência pela democracia, e participação em programas sociais do governo federal, para a Região Nordeste do Brasil. Para fins da análise foram excluídos os que anularam o voto, os que votaram em branco, os que responderam “Não sabe/ Não lembra/ Não Respondeu” à seguinte pergunta: “Em quem votou para Presidente no 2º turno?”. Também foram excluídos os que se recusaram a informar o valor bruto da renda familiar, ficando então, dos 540 casos, apenas 484 respondentes.

**Tabela 4**

**Correlações entre o voto no 2º turno das eleições presidenciais 2010, preferência pela democracia e variáveis de avaliação da atuação das instituições políticas, e de participação em programas sociais do governo federal. Região Nordeste, Brasil. 2010.**

Variáveis	Escolha do candidato no 2º turno	significância <sup>1</sup>
Sexo	-0,0426	
Faixa de idade	0,0759	
Faixa de renda mensal familiar	-0,0873	
Escolaridade	0,0903*	0,0472
Cor da pele	0,0542	
Preferência pela democracia	-0,0407	
Como avalia a atuação da polícia	-0,0339	
Como avalia a atuação do governo federal	-0,1729*	0,0001
Como avalia a atuação da justiça	-0,0777*	
Como avalia a atuação dos partidos	-0,1222*	0,0071
Como avalia a atuação do congresso	-0,1197*	0,0084
Participa do Programa Bolsa Família	0,0636	
Participa do Programa Minha casa minha vida	-0,0496	

<sup>1</sup> p-valor menor do que o nível de significância adotado, 0,05.

Fonte: ESEB, 2010

De acordo com os dados da Tabela 4, a preferência pela democracia e a participação nos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida não estiveram associados estatisticamente ao voto no 2º turno das eleições presidenciais 2010, conforme já indicado em estudo preliminar de Rennó e Peixoto (2011). Contudo, há evidência de que quanto maior o nível de escolaridade, maior é a tendência do voto em Dilma Rousseff, candidata pelo PT. A avaliação que o eleitor faz da atuação do governo federal, dos partidos e do congresso também apresentaram correlações significativas com o voto no 2º turno. Os que votaram em Dilma avaliaram o governo Lula como bom ou muito bom. Buscando confirmar se a associação entre o voto e a avaliação que o eleitor faz da atuação do governo federal se mantém, foram considerados dois modelos de regressão logística, em que o voto no 2º turno é a variável dependente.

**Tabela 5**  
**Associação entre o voto em Dilma, variáveis socioeconômicas e variáveis de avaliação nas instituições políticas. Região Nordeste, Brasil. 2010.**

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2
	OR <sup>1</sup>	OR <sup>1</sup>
Sexo	0,8763661	0,8799691
Idade	1.074336	1.078785
Escolaridade	1.081932	1,083516
Faixa de renda mensal familiar	0,8517396	0,8647016
Como avalia a atuação dos partidos		0,9523267
Como avalia a atuação do congresso		0,9428305
Como avalia a atuação do governo federal	0,7963311 <sup>*</sup>	0,8288154 <sup>*</sup>
Pseudo R <sup>2</sup>	0,0352	0,0394

<sup>1</sup> OR=Razão de chances – medida de associação entre o voto no 2º turno e a variável preditora.

<sup>\*</sup> Significante ao nível de significância adotado alfa=0,05.

Fonte: ESEB, 2010

A Tabela 5 apresenta os resultados dos modelos de regressão logística para explicar o voto no 2º turno. No que diz respeito ao Modelo 1, a avaliação que o eleitor faz da atuação do governo federal, ao lado das variáveis de controle sexo, faixa de idade, escolaridade e faixa de renda mensal familiar, compõem o conjunto de preditores. Neste modelo, utilizaram-se as variáveis preditoras em forma de escala, sendo possível verificar os níveis de associação entre elas. Visando corroborar tais resultados, foram adicionadas ao Modelo 2, como preditores, as variáveis “Avaliação da atuação dos partidos” e “Avaliação da atuação do Congresso”.

Em ambos os testes os pseudo R<sup>2</sup> indicaram que os modelos têm um baixo grau de explicação. Entretanto, nesses modelos multivariados, a significância estatística do coeficiente de “como avalia a atuação do governo federal” está em concordância com o resultado da correlação bivariada. Os valores da razão de chances (OR) no intervalo de 0 a 1 mostraram evidência de associação negativa, ou seja, a chance de um eleitor ter votado em Dilma Rousseff quando avaliou de forma negativa a atuação do governo federal é menor que a chance de um eleitor ter votado em Dilma Rousseff quando a avaliação da atuação do governo federal mostrou-se positiva.

Os resultados das correlações, associadas ao voto no 2º turno, encontram ressonância em estudos anteriores que apontam o impacto de

avaliações positivas do governo para explicar o voto em candidatos da situação, e o voto retrospectivo, no caso de reeleições (CARREIRÃO, 2002; MARTINS JR., 2009; RENNÓ; PEIXOTO, 2011). Com relação à avaliação de desempenho, Carreirão (2002) argumenta que o eleitor tende a votar no candidato do governo quando a economia dá indicativos de estabilidade. No que se refere à avaliação das qualidades pessoais dos candidatos, o eleitor baseia-se numa avaliação retrospectiva, valorizando os atributos pessoais como experiência e honestidade em atuações políticas anteriores.

### **Considerações Finais**

O presente artigo buscou analisar a qualidade da democracia no Brasil e a configuração do voto na Região Nordeste, encontrando resultados que corroboram com estudos recentes publicados na área da Ciência Política. Sobre o primeiro tema foi possível observar que o modelo de democracia que se configura no Brasil e no Nordeste é procedimental, com qualidade institucional, baseada numa avaliação positiva de indicadores políticos (garantias legais da liberdade, igualdade, direitos, *accountability* vertical e horizontal, participação, representação, e alternância de grupos no poder). Entretanto, os índices de corrupção na política, a ineficiência das instituições democráticas no enfrentamento do desenvolvimento econômico, social e sustentável, e a consequente perda de credibilidade junto à população, impedem o alcance de uma qualidade da democracia mais substantiva.

Sobre os fatores explicativos no voto no Nordeste, observamos inconsistências entre preferência partidária, filiação e voto. Um dos partidos de maior representação nos legislativos estaduais e que elegeu quatro governadores em 2010 (PSB), é o partido que apresenta o menor número de filiações e de preferência partidária entre os eleitores. Neste caso, se o partido não representou um atalho cognitivo do voto, os fatores que motivaram o voto podem estar associados ao personalismo, que se consubstancia no individualismo das campanhas eleitorais e no atendimento clientelista das demandas da base eleitoral, ou podem ser explicados pelo formato difuso das alianças partidárias, baseadas em interesses políticos e no pragmatismo

eleitoral, e não necessariamente no conteúdo ideológico ou programático dos partidos. A falta de clareza sobre os ideais defendidos pelos partidos políticos, sua baixa credibilidade junto à população, e a ênfase nos atributos pessoais dos candidatos nas campanhas eleitorais, favorece uma decisão do voto pautada na escolha de lideranças políticas em detrimento dos partidos.

O cenário das eleições municipais 2012, que se delineia em todo o Brasil a partir das convenções partidárias, com as definições das candidaturas e das alianças partidárias, bem como seus resultados permitirá novas análises sobre a lógica do voto no Brasil. A partir de um levantamento prévio das candidaturas a prefeito, foi possível observar dois fatos: 1) ao lado dos grandes partidos políticos, lançaram candidatos a prefeito em todas as capitais nordestinas os pequenos partidos; e 2) as alianças partidárias firmadas apresentam a mesma característica daquelas ao governo do Estado: visando aumento do tempo do horário eleitoral na mídia, aumento da capilaridade política, e o pragmatismo eleitoral em detrimento de ideologias ou propostas.

Em Salvador foram definidas seis candidaturas: Antônio Carlos Magalhães Neto, do DEM, com vice do PV; Mário Kertész, do PMDB, com vice do PMDB; Rogério Tadeu, do PRTB, com vice do PRTB; Hamilton Assis, do PSOL, com vice do PSTU; Márcio Marinho, do PRB, com vice do PSL; e Nelson Pelegrino, do PT, com vice do PCdoB. A coligação formada em torno da candidatura do PT é a maior até o momento. São 14 partidos políticos: PT, PCdoB, PSD, PSC, PR, PSB, PTB, PP, PRP, PTdoB, PTC, PMN, PSDC e PPL, entre eles o do partido do atual prefeito, João Henrique (PSD).

Observa-se que, ao lado dos pequenos partidos, o formato tripartide de competição política - PT, DEM, PMDB – apontado por Dantas Neto (2010), especialmente para os contextos de Salvador e Feira de Santana, se mantém nestas eleições. O autor discute as estratégias das elites, suas estruturas partidárias, e o voto sobre o novo formato de competição política que se desenha na Bahia pós-carlista. As eleições municipais 2012, bem como o delinear de candidaturas para eleições presidenciais 2014 será objeto de análise em trabalhos futuros.

## Referências

BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. (org). **Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2011.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis, Ed. UFSC; Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Democracia, partidos e valores democráticos no Brasil. Trabalho preparado para o **Seminário Internacional "Partidos políticos y calidad de la democracia"**, 26, 27 e 28 de novembro de 2008, Auditorio del IFE, Ciudad de México. Disponível em: [http://www2.cmq.edu.mx/calidaddelademocracia/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=63&Itemid=105&lang=](http://www2.cmq.edu.mx/calidaddelademocracia/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=63&Itemid=105&lang=).

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Elites e Partidos: a arte das alianças em municípios da Bahia. *Paper* apresentado no **7º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política** – ABCP. Recife, agosto de 2010.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. The quality of democracy. In: Center on Democracy, Development, and The Rule of Law Stanford Institute on International Studies - **CDDRL Working Papers** - Number 20, 21 September 2004. Disponível em <http://cddrl.stanford.edu/>

DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política**. patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1968.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 20 nº. 57, Fevereiro, 2005, pp. 65-81.

LINHARES, Bianca. Cultura Política e percepção tributária no Brasil. In: BAQUERO, M. (org). **Cultura(s) Política(s) e Democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2011.

MARTINS JR., José Paulo. Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil 1994-2006. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 68-96, jul.-dez. 2009.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. In: MOISÉS, J.A. (Org). **Confiança e Democracia: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo, Edusp, 2010.

MORLINO, Leonardo. **Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião**: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, J.A. (org). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo, Edusp, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e Estado**. Teoria com intenção comparativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.333-368.

RENNÓ, Lúcio et all. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. São Paulo, Intermeios; Nashville, LAPOP, 2011.

RENNÓ, Lucio; PEIXOTO, Vitor. O voto em Dilma nas eleições presidenciais de 2010: determinantes políticos, econômicos e sociais. In: Paper apresentado no **35º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, 24 a 28 de outubro de 2011.

SMITH, P.; ZIEGLER, M. Democracias liberal e iliberal na América Latina. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15 nº 2, Novembro, 2009, p.356-385.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil. **Tese (Doutorado)**. UFRGS, Outubro de 2000.